

Formulário de Resposta aos Recursos – CES P10 – LÍNGUA ESPANHOLA

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1: 27 TIPO 2: 27 TIPO 3: 27	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O poema constrói uma experiência subjetiva marcada por intensidade e descontrolo emocional, evidenciada pela aproximação entre sentimentos opostos e impulsos corporais. A alternância entre tristeza e alegria, sem hierarquização, indica um estado psíquico instável, no qual as emoções se manifestam de forma igualmente avassaladora.</p> <p>Além disso, as imagens alimentares, associadas a uma sequência fragmentada e repetitiva, reforçam a ideia de compulsão e excesso, funcionando como metáfora de um transbordamento interno. O uso de diminutivos não suaviza o sentido, mas intensifica o contraste entre a forma e o conteúdo, contribuindo para a expressão de um estado subjetivo caótico.</p> <p>Dessa forma, não se trata de descrição objetiva, humor leve, superação emocional ou denúncia social direta, mas de uma construção poética que evidencia a indistinção entre emoções e sensações no interior do eu lírico.</p> <p>Referências: PAZ, Octavio. O arco e a lira. CANDIDO, Antonio. Na sala de aula.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 28 TIPO 2: 28 TIPO 3: 36	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A análise dos cognatos entre espanhol e português exige atenção às diferenças semânticas específicas. O termo “embarazada” configura um falso</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>cognato, significando “grávida”, e não “envergonhada”. Da mesma forma, “exquisito” apresenta equivalência parcial, podendo significar “requintado” ou “delicioso”, sendo este último uso mais frequente em espanhol do que no português contemporâneo.</p> <p>O termo “oficina” não mantém equivalência direta com “escritório”, pois em espanhol refere-se predominantemente a “taller”, o que invalida sua classificação como cognato verdadeiro nesse sentido. Já “largo” constitui falso cognato, pois em espanhol significa “comprido”, enquanto em português está associado a “amplo”.</p> <p>Assim, apenas as afirmações corretas são aquelas que reconhecem adequadamente os falsos cognatos e as equivalências parciais.</p> <p>Referências: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 29 TIPO 2: 32 TIPO 3: 31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O primeiro fragmento apresenta características típicas do gênero jurídico-normativo, com linguagem impessoal, enunciado de validade geral e função reguladora, próprios de textos legais. Trata-se de um discurso objetivo e prescritivo, voltado à normatização das relações sociais.</p> <p>Os demais fragmentos pertencem a gêneros distintos: um expressa subjetividade e função expressiva, enquanto o outro apresenta instruções com caráter injuntivo. Dessa forma, não há homogeneidade de gênero entre os textos, nem correspondência com as demais classificações propostas.</p> <p>Referências: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. KOCH, Ingedore. Desvendando os segredos do texto.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 31 TIPO 2: 34 TIPO 3: 33	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão solicita a identificação da alternativa que contenha exclusivamente afirmações corretas acerca das regras de acentuação gráfica do espanhol em comparação com o português.</p> <p>Entretanto, ao proceder à análise técnica das afirmativas, verifica-se que não há combinação possível que satisfaça integralmente o comando da questão, uma vez que mais de uma afirmativa apresenta incorreções conceituais.</p> <p>A afirmativa I está correta, pois as palavras do Grupo A são esdrújulas em espanhol e recebem acentuação obrigatória, assim como seus correspondentes em português são proparoxítonas e também exigem acento gráfico.</p> <p>A afirmativa II está incorreta, pois, embora as palavras do Grupo B sejam agudas e corretamente acentuadas em espanhol, a afirmação de que “café” não recebe acento gráfico em português é equivocada, visto que se trata de palavra oxítona terminada em “e”, devendo, portanto, ser acentuada.</p> <p>A afirmativa III também está incorreta, uma vez que afirma que as palavras correspondentes em português a “examen” e “origen” (exame e origem) seriam acentuadas por serem paroxítonas terminadas em consoante. Tal afirmação não condiz com a norma ortográfica do português, pois “exame” (terminada em “e”) e “origem” (terminada em “em”) são paroxítonas que não recebem acento gráfico.</p> <p>A afirmativa IV está incorreta, pois, embora o espanhol utilize a diéresis na palavra “lingüística” para indicar a pronúncia da vogal “u”, esse recurso ortográfico não é compartilhado com o português contemporâneo, que não utiliza mais o trema em palavras como “linguística”, conforme o Acordo Ortográfico vigente.</p> <p>Dessa forma, verifica-se que não há alternativa que contenha exclusivamente afirmações corretas, o que compromete a objetividade da questão e impede a identificação de uma única resposta válida, conforme exigido em provas objetivas.</p> <p>Assim, a questão apresenta vício de elaboração, por não oferecer alternativa compatível com o comando proposto.</p> <p>Referência:</p>	DEFERIDO	ANULADA

	<p>REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Ortografía de la lengua española. Madrid: Espasa, 2010.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO. QUESTÃO ANULADA.</p>		
<p>TIPO 1: 33 TIPO 2: 38 TIPO 3: 35</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>No fragmento apresentado, o termo “clara” não estabelece antonímia estrita com “complexo”, pois pertencem a campos semânticos distintos, ainda que possam sugerir oposição contextual. Já o termo “claro” apresenta caráter polissêmico, podendo significar tanto algo evidente quanto algo compreensível, dependendo do contexto em que se insere.</p> <p>Os termos “ambíguo” e “contraditório” não são sinônimos, pois indicam nuances distintas: o primeiro remete à multiplicidade de interpretações, enquanto o segundo indica oposição lógica. O termo “proceso” não possui sentido exclusivamente técnico, podendo ser interpretado em diferentes níveis, e “reveló” é utilizado em sentido figurado, indicando descoberta ou manifestação.</p> <p>Assim, a alternativa correta é aquela que reconhece o valor polissêmico do termo no contexto apresentado.</p> <p>Referências: RAE. Dicionario de la lengua española. KOCH, Ingedore. A coerência textual.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 34 TIPO 2: 35 TIPO 3: 30</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A concordância verbal e nominal no espanhol padrão exige atenção à estrutura do sujeito. Em construções com expressões coletivas seguidas de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>complemento plural, a norma culta privilegia a concordância com o núcleo do sujeito, que permanece no singular. Assim, formas que concordam diretamente com o termo coletivo são consideradas adequadas.</p> <p>As demais construções apresentam desvios: concordância inadequada com o complemento plural, uso incorreto de formas impessoais ou discordâncias nominais que violam as regras da norma padrão.</p> <p>Referências: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. <i>Nueva gramática de la lengua española</i>. GÓMEZ TORREGO, Leonardo. <i>Gramática didáctica del español</i>. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 36 TIPO 2: 31 TIPO 3: 38	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O uso dos pronomes pessoais átonos em espanhol segue regras específicas, especialmente no que se refere à combinação de pronomes e à sua colocação. A substituição de “le/les” por “se” quando combinados com “lo/la/los/las” é obrigatória, e a ordem dos pronomes deve respeitar padrões fixos.</p> <p>Além disso, a colocação pronominal deve obedecer à posição verbal (próclise, ênclise ou mesóclise), conforme o contexto sintático. As construções incorretas apresentam problemas como combinação inadequada de pronomes, ordem incorreta ou posicionamento inadequado em relação ao verbo.</p> <p>A única construção plenamente adequada respeita tanto a forma quanto a colocação correta dos pronomes átonos.</p> <p>Referências: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. <i>Nueva gramática de la lengua española</i>. SECO, Manuel. <i>Gramática esencial del español</i>. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 41	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a organização pedagógica da Companhia de Jesus no período colonial, destacando seu caráter sistemático, normativo e internacionalmente padronizado. Esse modelo educacional não se restringia à catequese, mas envolvia uma estrutura complexa de ensino, com definição</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>de conteúdos, métodos didáticos, progressão curricular e hierarquia docente.</p> <p>O documento que consolidou essas diretrizes foi elaborado no final do século XVI e estabeleceu um padrão pedagógico uniforme para os colégios jesuítas em diferentes territórios. Esse instrumento normativo organizava o ensino em níveis, disciplinava práticas pedagógicas e orientava a formação intelectual segundo princípios humanistas e religiosos.</p> <p>As demais possibilidades referem-se a dispositivos administrativos ou legais de outros contextos históricos, não sendo responsáveis pela sistematização pedagógica da educação jesuítica.</p> <p>O conteúdo abordado na questão está plenamente previsto no EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP, uma vez que trata da organização pedagógica no contexto histórico da educação, especificamente vinculada à educação jesuítica. O edital contempla expressamente o eixo “História da Educação no Brasil; principais períodos e reformas educacionais”, no qual se insere o estudo do modelo educacional jesuítico e do Ratio Studiorum como marco estruturador das práticas pedagógicas no período colonial.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2003. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Filosofia da Educação fundamentada no materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvido por Karl Marx e apropriado no campo educacional por autores como Dermeval Saviani, compreende a educação como prática</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>social historicamente situada, vinculada às relações materiais de produção e às contradições sociais.</p> <p>Nesse sentido, a educação não é neutra, nem pode ser reduzida à adaptação ao meio ou à formação abstrata do indivíduo. Ao contrário, ela deve possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, articulando teoria e prática (práxis), de modo que os sujeitos compreendam as condições concretas de sua existência e possam intervir na realidade social.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções idealistas, tecnicistas ou liberal-individualistas, incompatíveis com o referencial materialista histórico-dialético.</p> <p>O tema tratado na questão está claramente contemplado no edital, ao discutir a educação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O conteúdo encontra-se previsto nos tópicos “Filosofia da Educação e Sociologia da Educação como fundamentos da prática pedagógica” e “educação e sociedade; função social da escola”, os quais abrangem diferentes concepções filosóficas sobre o papel da educação.</p> <p>Referências: MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 42 TIPO 3: 46	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que organiza o processo educativo em momentos articulados dialeticamente: prática social inicial, problematização,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>instrumentalização, catarse e prática social final.</p> <p>O estágio descrito no enunciado corresponde ao momento em que o aluno realiza uma síntese qualitativamente superior do conhecimento, incorporando criticamente os conteúdos aprendidos e transformando sua compreensão da realidade. Esse momento é denominado catarse, pois representa a superação do senso comum e a internalização crítica do saber sistematizado.</p> <p>As demais denominações não correspondem a esse estágio específico dentro da metodologia histórico-crítica.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no conteúdo programático do edital, ao abordar conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê explicitamente o estudo de “correntes pedagógicas e impactos na educação contemporânea”, bem como “teorias da aprendizagem”, sendo a Pedagogia Histórico-Crítica uma dessas correntes teóricas fundamentais no campo educacional.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 44 TIPO 3: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget estabelece que o conhecimento se constrói por meio de processos dinâmicos de reorganização das estruturas mentais. O conceito central que regula esse processo é a equilíbrio.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A equilíbrio refere-se ao mecanismo pelo qual o sujeito busca superar desequilíbrios cognitivos decorrentes da interação com o meio, reorganizando suas estruturas mentais em níveis mais complexos e estáveis. Trata-se de um processo contínuo que articula assimilação e acomodação, promovendo o avanço do desenvolvimento cognitivo.</p> <p>As demais alternativas representam conceitos parciais ou inadequados para preencher ambas as lacunas, pois não expressam o princípio regulador global do desenvolvimento.</p> <p>A questão aborda conceitos centrais da teoria de Piaget, o que está expressamente previsto no edital. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias da aprendizagem; contribuições de Piaget, Vygotsky e outros autores clássicos e contemporâneos”, sendo a equilíbrio um conceito fundamental da teoria piagetiana.</p> <p>Referências: PIAGET, Jean. A equilíbrio das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. COLL, César; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação processual caracteriza-se por acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo do tempo, valorizando registros contínuos, reflexão e acompanhamento formativo do estudante.</p> <p>Instrumentos como portfólio, diário reflexivo, observação sistemática e rubricas analíticas são compatíveis com essa perspectiva, pois permitem</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>monitorar progressos, dificuldades e processos de construção do conhecimento.</p> <p>Por outro lado, a avaliação baseada exclusivamente em prova objetiva ao final de uma unidade, com caráter classificatório e pontual, não se configura como instrumento processual, pois não acompanha o percurso da aprendizagem, limitando-se a mensurar resultados em um momento específico.</p> <p>O conteúdo da questão está diretamente previsto no edital ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. O edital contempla expressamente “Avaliação da aprendizagem; conceitos, funções e instrumentos; avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do desenvolvimento do estudante”, o que inclui a distinção entre instrumentos processuais e classificatórios.</p> <p>Referências: LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 46 TIPO 2: 46 TIPO 3: 45	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A afirmativa I está correta, pois o planejamento escolar envolve a articulação entre diferentes instrumentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, regimento, planos de curso e planos de aula, assegurando coerência entre princípios, objetivos e práticas.</p> <p>A afirmativa II também está correta, uma vez que a Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reforçando a autonomia escolar em consonância com as diretrizes do sistema educacional.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A afirmativa III está correta, pois o planejamento pedagógico deve ser contínuo, flexível e sensível às necessidades dos estudantes, incorporando avaliações diagnósticas e ajustes metodológicos.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao abordar planejamento escolar e fundamentos legais da educação. O EDITAL N° 1/2026/SEGEF-GCP inclui “Planejamento escolar; planejamento pedagógico; organização curricular; objetivos de ensino; conteúdos; metodologias; avaliação” e também “Bases legais da educação brasileira; Lei nº 9.394/1996 (LDB)”, contemplando integralmente o conteúdo cobrado.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 47 TIPO 2: 49 TIPO 3: 49	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology, parte do princípio de que a variabilidade dos estudantes é a regra, e não a exceção, nos contextos educacionais.</p> <p>Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos centrados em um “aluno padrão”, propondo a construção de ambientes flexíveis, acessíveis e responsivos às múltiplas formas de aprender. Assim, o foco desloca-se da adaptação do estudante ao currículo para a adaptação do currículo à diversidade dos estudantes.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As demais proposições apresentam concepções incompatíveis com o DUA, ao priorizar homogeneização, centralização instrucional ou ausência de revisão estrutural.</p> <p>O conteúdo da questão está previsto no edital ao tratar de práticas pedagógicas inclusivas e diversidade educacional. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê expressamente “Educação inclusiva; fundamentos teóricos e legais; políticas públicas; práticas pedagógicas inclusivas; atendimento educacional especializado; diversidade e equidade”, sendo o Desenho Universal para a Aprendizagem uma abordagem inserida nesse campo teórico-metodológico.</p> <p>Referências: CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 48 TIPO 2: 47 TIPO 3: 48	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa intencionalidade, posicionamento político e escolhas pedagógicas da instituição escolar. Portanto, não pode ser considerado neutro, ainda que sua elaboração seja coletiva e participativa.</p> <p>A ideia de neutralidade contraria fundamentos teóricos da educação crítica, uma vez que toda prática educativa está inserida em contextos históricos, sociais e ideológicos. Assim, afirmar que o PPP é neutro constitui equívoco conceitual.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois reconhecem o caráter dinâmico, participativo, articulador e orientador do PPP.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A questão encontra respaldo direto no edital ao abordar o Projeto Político-Pedagógico. O conteúdo está expressamente previsto no eixo “Projeto Político-Pedagógico; concepção; elaboração; implementação; avaliação; gestão democrática da escola”, abrangendo integralmente os aspectos conceituais e práticos cobrados.</p> <p>Referências: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico: fundamentos para sua construção. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 49 TIPO 2: 41 TIPO 3: 50	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmativa está correta, pois a interdisciplinaridade não pressupõe a eliminação das disciplinas, mas sim a articulação entre elas. Trata-se de um princípio que busca superar a fragmentação do conhecimento por meio da integração de diferentes perspectivas epistemológicas, permitindo a compreensão de problemas complexos que não podem ser adequadamente analisados de forma isolada. Assim, preserva-se a especificidade dos campos disciplinares, ao mesmo tempo em que se promove diálogo e cooperação entre eles.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que a integração entre áreas do conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis e formatos. Desde abordagens mais simples, como a articulação temática entre disciplinas, até modelos curriculares mais amplos organizados por áreas, como Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, observa-se uma diversidade de estratégias adotadas em políticas educacionais contemporâneas. Esse movimento reflete tentativas de reorganizar o currículo em direção a maior</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA C

	<p>coerência e integração.</p> <p>A terceira afirmativa está igualmente correta. A transversalidade surge como resposta crítica à fragmentação do saber produzida pela modernidade científica, especialmente sob influência do paradigma cartesiano-newtoniano, que enfatizou a divisão, a especialização e a análise isolada dos fenômenos. Nesse contexto, a transversalidade propõe a inserção de temas que atravessam diferentes áreas do conhecimento, promovendo articulação entre saberes e ampliando a compreensão da realidade.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas são verdadeiras.</p> <p>O conteúdo da questão está claramente previsto no edital, ao tratar da interdisciplinaridade e integração entre áreas do conhecimento. O EDITAL N^o 1/2026/SEGEPI-GCP inclui expressamente “Interdisciplinaridade, transversalidade e integração entre áreas do conhecimento; temas contemporâneos transversais”, contemplando integralmente o conteúdo abordado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO.</p>		
<p>TIPO 1: 50 TIPO 2: 43 TIPO 3: 47</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. O termo “descriptor”, por sua vez, não corresponde a esse conceito central da BNCC, sendo utilizado em outros contextos avaliativos, como matrizes de avaliação.</p> <p>Assim, a afirmação que atribui à noção de “descriptor” esse papel conceitual está incorreta.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois refletem a natureza normativa da BNCC, seu processo de homologação, seu impacto pedagógico e os debates</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>críticos que suscita.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, além de mencionar sua articulação com o planejamento pedagógico e as diretrizes curriculares, abrangendo os fundamentos conceituais e normativos cobrados na questão.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017-2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	--	--	--